



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
– EDITAL 001/2018 –

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO: DIREITO

DATA: 05/08/2018
HORÁRIO: 08 às 13 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

- ✎ Verifique se este CADERNO contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta e uma **questão discursiva**. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✎ As questões objetivas estão assim distribuídas:
 - DIREITO CONSTITUCIONAL: 01 a 05*
 - DIREITO ADMINISTRATIVO: 06 a 10*
 - DIREITO CIVIL: 11 a 15*
 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 16 a 20*
 - DIREITO PENAL: 21 a 25*
 - DIREITO PROCESSUAL PENAL: 26 a 30*
 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 31 a 35*
 - DIREITO TRIBUTÁRIO: 36 a 40*
- ✎ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✎ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ✎ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO, o **caderno de questões e a** Folha de Resposta (Questão Discursiva). A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Quanto ao conceito de constituição, fundamentos, poder constituinte, constitucionalismo brasileiro e repartição de competências, marque o item INCORRETO.
- (A) Constituição, segundo Kelsen, é o conjunto de normas positivadas que regem a produção do direito seja em forma de normas gerais e abstratas, seja em forma de decisão judicial, que tem como fundamentos, no caso brasileiro, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
 - (B) A Constituição é produzida pelo poder político considerado como Poder Constituinte eleito para o fim específico, classificado como originário e derivado, sendo aquele o poder de fundar um Estado a partir dos elementos fundacionais povo, território e poder soberano e este, o poder de emendar, reformar ou modificar a Constituição, contando, na CF-88, com o limite imposto pelas “cláusulas Pétreas”.
 - (C) A ideia de Constitucionalismo refere-se a uma dinâmica jurídico-política que pode ser vista com origem no fato histórico do rei João sem terras da Inglaterra que resultou na imposição de limites ao poder do soberano como constitucionalismo mais antigo e origem mais recente nas constituições dos Estados Unidos da América e da França como limites ao poder soberano na proteção de garantias fundamentais e estruturação do Estado a partir da divisão de poderes.
 - (D) É possível identificar como origem do constitucionalismo brasileiro uma Constituição sem participação dos membros políticos que compunham o então Estado brasileiro na forma outorgada por não ter sido votada por Poder Constituinte, contando com divisão quadripartite, tendo sido a primeira Constituição Brasileira com divisão tripartite a Constituição de 1934.
 - (E) Faz parte do desenho constitucionalista a repartição de competências como marca da democracia para que não haja excesso ou concentração de poder. Há competência comum em que todos os entes federados exercem-na em condições de igualdade, sem nenhuma relação de subordinação, a atuação de um não exclui a dos outros e há a competência concorrente, em que cabe à União estabelecer normas gerais e aos Estados federados suplementar com legislação específica.
02. O Estado constitucional seguiu com perfis liberal, social e democrático de direito; o principal diferencial entre os três paradigmas trata-se dos direitos fundamentais lidos como geração de direitos, como dimensões ou como conjunto único inseparável. Considerando o afirmado, marque o item INCORRETO.
- (A) Na concepção das gerações de direitos fundamentais, são considerados como direitos de 1ª geração: os direitos de indivíduos em face do poder soberano do Estado; os de 2ª geração, os direitos sociais; os de 3ª geração, os direitos de solidariedade e fraternidade; os de 4ª geração, o direito contra a manipulação genética, direito de morrer com dignidade e direito à mudança de sexo; os de 5ª geração, os direitos a honra, a imagem, os “direitos virtuais” que ressaltam o princípio da dignidade da pessoa humana, não havendo consenso quanto à existência das gerações 4ª e 5ª.
 - (B) A primeira geração ou dimensão de direitos fundamentais guarda a semântica do Estado de Direito ou Estado Liberal com destaque de sua marca a submissão de todas as pessoas à lei produzida pelo Poder Legislativo, formado por representantes do povo. A segunda geração de direitos encontra-se modelada no Estado Social, com destaque para o Poder Executivo com competência para atuar no enfrentamento as desigualdades sociais produzidas em dinâmicas sócio-políticas de livre concorrência.
 - (C) O Estado de Direito tem como marca central a participação popular, numa espécie de fortalecimento da legitimidade do poder estatal representativo pela participação popular.
 - (D) São direitos fundamentais positivados na CF-88, os direitos subjetivos, no art. 5º como garantia fundamental a iguais liberdades; o direito de igual pertencente ao Estado Brasileiro, no art. 12, na definição do nacional; o direito de participação, no art. 14, pela garantia da soberania popular; os direitos sociais, no art. 6º.
 - (E) Os povos originários chamados de indígenas contam com tutela protetiva na CF-88, que protege sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
03. O Direito orienta a vida social a partir de regras que definem o lícito e o ilícito, aprovadas por representantes da sociedade. As referidas regras são categorizadas como normas gerais e abstratas que definem concretamente o que pode ser feito ou não ou dão orientações gerais quanto ao lícito e ao ilícito, considerando que fatos novos podem surgir e com estes diferentes conflitos que, ao serem apresentados ao Poder Judiciário, este não pode deixar de decidir. Com base na afirmação, marque com F ou V, conforme as afirmações sejam falsas ou verdadeiras. E em seguida, identifique a sequência CORRETA.
- () Para a CF-88, no seu artigo 59, são espécies normativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

- () São emendas constitucionais as que possibilitam a inserção de acréscimos, supressões ou modificações do texto constitucional. As emendas constitucionais estão sujeitas à sanção presidencial e têm a mesma natureza e eficácia das normas constitucionais.
- () Lei delegada é decorrente de ato normativo autorizado pelo Poder Legislativo, elaborado e praticado pelo Presidente da República.
- () As Cláusulas Pétreas estão positivadas no art. 60, § 4º, da CF-88, como a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais.
- () O ADCT é norma constitucional por que foi elaborado por constituintes de 1988, mas não há a exigência de ser alterado por Emenda Constitucional.

Marque a sequência CORRETA.

- (A) V – F – V – V – F
- (B) F – F – V – V – V
- (C) V – V – V – V – F
- (D) F – F – V – F – F
- (E) V – F – V – F – F

04. A natureza tripartite do Constitucionalismo Brasileiro dota o Poder Judiciário de função jurisdicional, ou seja, com o poder de dizer o direito com atuação pelo princípio da reserva legal pela divisão de competências entre Poder Judiciário Estadual e Federal, contando ainda com tribunais superiores, juizados especiais e com as funções essenciais à justiça. Marque a opção INCORRETA sobre o Poder Judiciário.

- (A) O Poder Judiciário compõe a natureza tripartite do constitucionalismo brasileiro, com atribuição da administração da justiça brasileira pela finalidade de preservar os princípios da legalidade e igualdade, com função maior de guarda da Constituição com fim da pacificação social.
- (B) São as garantias do Poder Judiciário as institucionais que lhe conferem independência entre os três Poderes da República e assegura sua autonomia funcional, administrativa e financeira, segundo o que determina o artigo 99 da CF-88, portanto garantias orgânico-administrativa e as garantias de autonomia financeira.
- (C) A Justiça Federal comum tem como órgãos definidos no artigo 106, CF-88, os TRF's e os Juízes Federais, que são competentes para processar e julgar originariamente: os juízes estaduais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região; os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal; os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal; os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.
- (D) Aos TRF's cabe julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
- (E) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

05. Marque a opção INCORRETA sobre controle de constitucionalidade e ações constitucionais.

- (A) O mandado de segurança tem por objeto a proteção de direitos líquidos e certos, individuais ou coletivos, não amparados por habeas corpus e habeas data. O direito líquido e certo é aquele direito provado de plano, via prova documental. Por isso, não se admite dilação probatória.
- (B) O mandado de segurança coletivo é uma ação pela qual um sujeito legitimado, em nome próprio, defende direitos coletivos, tais como transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica; individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- (C) O mandado de injunção visa assegurar o exercício de um direito quando ainda carente de regulamentação. Tem legitimidade ativa para o Mandado de Injunção apenas a pessoa jurídica, associação, entidade de classe.
- (D) Controle de constitucionalidade é um instrumento que possibilita correção no ordenamento jurídico, consistindo em um sistema de aferimento da conformidade de um ato (lei, decreto) em relação à Constituição, visando restabelecer a unidade do Ordenamento Jurídico garantida pela Constituição.
- (E) Há inconstitucionalidade por ação, que decorre de atuação positiva por meio da produção de leis ou atos do Poder Público que violam a Constituição e por omissão, que decorre da inércia legislativa na regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. A Administração Pública é uma das funções do Estado na sua natureza tripartite do poder soberano. Cabe ao Poder Executivo realizar a função administrativa. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, “função administrativa é a função que o Estado, ou quem lhes faça as vezes, exerce na intimidade de uma estrutura e regime hierárquicos e que no sistema constitucional brasileiro se caracteriza pelo fato de ser desempenhada mediante comportamentos infralegais ou, excepcionalmente, infraconstitucionais, submetidos todos a controle da legalidade pelo Poder Judiciário”. Analise os itens a seguir e identifique o INCORRETO com relação à administração pública, a administração direta e indireta:
- (A) É possível identificar na atuação do Estado como administração pública aspectos formais e materiais. Os aspectos formais estão relacionados à estrutura, ou seja, à máquina que faz a atuação estatal. E os aspectos materiais dizem respeito à atividade administrativa propriamente dita, como funções ou atividades administrativas na prestação de serviços públicos; no exercício do poder de polícia; na intervenção no domínio econômico e nas atividades de fomento.
 - (B) A atuação do Estado na prestação do serviço público pode ser de forma direta ou indireta. Quando a União, os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios prestam serviços públicos por seus próprios meios ou por meio de fundações está caracterizada a Administração Direta e se cria autarquias, sociedades de economia mista ou empresas públicas e lhes repassa serviços públicos, haverá Administração Indireta.
 - (C) “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” é o princípio da legalidade, definido no inciso II do art. 5.º da Constituição Federal, que é estruturante da concepção de Estado de direito e do regime jurídico-administrativo.
 - (D) O princípio da impessoalidade garante que os atos realizados como administração pública não são atribuídos à pessoa de quem realiza, mas sim à entidade pública que a efetiva. O referido princípio está estreitamente relacionado com o princípio da isonomia ao vedar tratamento desigual aos iguais. Segundo Mello, no princípio da impessoalidade, há o sentido de que a administração é obrigada a tratar todas as pessoas administradas sem discriminações que beneficiem ou ataquem, portanto sem favoritismo ou perseguições.
 - (E) O Princípio da Moralidade encontra-se incluído no caput do art. 37 da CF-88, o que vincula a atuação os atos da administração pública à moralidade administrativa, ou seja, a padrões éticos de conduta, sendo que a probidade administrativa ganhou feição especial na CF-88 com a previsão para aquele que a viola de suspensão de direitos políticos (art. 37, §4.º).
07. Marque a opção INCORRETA quanto à evolução histórica do direito administrativo, à intervenção do Estado como administração pública no interesse privado e direito administrativo regulador.
- (A) Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o Direito Administrativo passa a existir onde há a figura do Estado de Direito, sendo que, antes da existência de citado ramo do direito, o que hoje é direito administrativo era tratado como direito civil. E torna-se autônomo entre os séculos XVIII e XIX com o fim do Estado absoluto e o surgimento do Estado de Direito que tem os seus poderes exercidos sob orientação do princípio da legalidade.
 - (B) É possível afirmar o direito administrativo como fenômeno jurídico que regula o exercício da função administrativa que abrange desde a segurança interna e defesa externa, a serviços essenciais, à intervenção administrativa no domínio econômico e social.
 - (C) O percurso a atuação do Estado conta com a existência de um Estado com muito poder que atua amplamente; Estado mínimo com livre concorrência; Estado macro, que atua em prol das pequenas empresas contra as grandes organizações privadas, para aliviar os sintomas das crises da economia de mercado; Estado preventivo, que atua para impedir os desajustes, cuja continuação levaria a economia ao caos e Estado que faz da sua intervenção planejamento.
 - (D) A intervenção do Estado no domínio econômico pode ocorrer em forma de ação com atos para atingir certos fins por meio de legislação e da gestão como execução, estímulo à ação, regulamentando ou regulando medidas por meio de dispositivos legais.
 - (E) A intervenção indireta do Estado no domínio econômico, segundo o art. 173 da CF-88, será permitida para garantir a segurança nacional ou diante de relevante interesse coletivo. E a intervenção direta do Estado na ordem econômica está disposta no artigo 174 da CF-88, que define a atuação do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica por meio de fiscalização, incentivo e planejamento.

08. Sobre responsabilidade civil do Estado, reparação de dano pela administração pública, marque a opção INCORRETA.
- (A) A responsabilidade civil do Estado depende de contrato e é consequência da atividade estatal que se faz como obrigação de indenizar danos causados a terceiros, com previsão na CF-88, no parágrafo 6º do artigo 37, a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos diante dos danos que seus agentes causarem a terceiros.
 - (B) No Direito Administrativo brasileiro, foi introduzida a figura da concessionária ou permissionária de serviço público, que são pessoas jurídicas encarregadas de exercer atividades de competência do Estado, com a delegação de serviços regulamentada pela Lei 8.987/95, na qual fica expresso que essas empresas prestam o serviço por sua conta e risco, e em caso de danos assumem a responsabilidade objetiva de repará-los, sendo que o Estado responde por danos eventuais causados pelas concessionárias de forma subsidiária.
 - (C) Nos casos de responsabilidade civil do Estado, há a inversão do ônus da prova, cabendo ao Estado provar que não é agente causador do dano.
 - (D) A CF-88 estabelece, no parágrafo 6º do artigo 37, que “as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” O citado dispositivo estabelece a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público (e das de direito privado prestadoras de serviços públicos).
 - (E) A ação regressiva para que o autor seja responsabilizado regressivamente por seus atos protege a sociedade de arcar com os ônus decorrentes de condutas dos agentes públicos em desconformidade com a lei.
09. Sobre servidores públicos, regime jurídico e regime previdenciário, marque a opção INCORRETA.
- (A) A Previdência Social brasileira se organiza em sistema composto por dois regimes: geral e próprios, sendo aquele para trabalhadores do setor privado e este para servidores públicos com diferenças entre os dois regimes relacionadas a tempo de contribuição, idade mínima para aposentadoria, dentre outras.
 - (B) A lei 8112/90 regulamenta o regime jurídico dos agentes e servidores públicos civis da União, com a definição de que os cargos públicos devem ser criados por lei e para atender à necessidade social da administração pública de promover serviços essenciais. Hely Lopes Meirelles identifica, a partir da legislação, quatro espécies de servidores públicos: os agentes políticos, os agentes administrativos, os agentes honoríficos e os agentes delegados. Já Maria Sylvania Zanela di Pietro e Celso Antônio Bandeira de Mello apresenta a seguinte classificação: os agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o poder público.
 - (C) Os servidores públicos ou agentes administrativos são os que exercem funções públicas, cargos públicos e empregos públicos apenas na administração direta com remuneração paga pelo erário público. Podem ser classificados como estatutários, celetistas ou temporários.
 - (D) A vacância está definida no art. 33 da Lei n. 8112/1990, como o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função, que decorre de demissão, aposentadoria, promoção e falecimento.
 - (E) A CF-88 estabelece o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, funções e empregos públicos aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (art. 37, I), mediante concurso público de provas ou provas e títulos, com ressalva a nomeação para cargos de provimento em comissão nos quais são livres a nomeação e a exoneração pelo princípio da legalidade.
10. Marque a opção INCORRETA quanto aos temas de ato administrativo, controle da administração pública, licitação e contratos.
- (A) A Lei nº 8.666/93 e a 10.520/02 (Lei do Pregão) regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública para atender à obrigatoriedade da licitação para a administração pública em atendimento aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, visando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes.
 - (B) A licitação está dividida em seis modalidades distintas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.
 - (C) A licitação é considerada inexigível quando há possibilidade de competição entre os eventuais licitantes, de modo que sua realização não é exigida.
 - (D) Além das cláusulas necessárias, os contratos administrativos possuem características especiais que os diferenciam dos contratos submetidos a outros regimes jurídicos, tais como: formalidade; licitação prévia; cláusulas exorbitantes; prazo determinado; prestação de garantias; publicidade.
 - (E) Ato administrativo é o ato jurídico praticado por agente público competente em nome da Administração Pública com a obrigatoriedade de ser lícito para atender à finalidade de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos com os seguintes atributos: presunção de legitimidade; imperatividade; autoexecutoriedade.

DIREITO CIVIL

11. A tradição civil *law* tem origem no direito romano com forte vinculação ao direito civil que atua como uma espécie de norma fundamental patrimonial. A releitura do direito como instrumento de proteção dos cidadãos do poder soberano a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos no pós-segunda guerra mundial deu início a uma perspectiva de repersonalização do direito civil pelo princípio da dignidade da pessoa humana a partir de constituições com garantias de direitos fundamentais e de divisão do poder estatal. A esse movimento tem sido atribuída a denominação de constitucionalização do direito civil. Sobre a dinâmica referida, marque a opção INCORRETA.
- (A) O que é considerado como constitucionalização do Direito Civil desloca o sentido de direito civil, que se fecha no âmbito do privado ou modifica o sentido de privado em nome da supremacia da constituição como lei maior sob orientação do princípio da dignidade da pessoa humana.
 - (B) Fazem parte do processo de constitucionalização do direito civil a função social da propriedade, os limites da atividade econômica, a organização da família, que possibilita reter o Direito Civil à luz da Constituição, de maneira a privilegiar os valores não-patrimoniais, o que implica personalizar o direito civil em lugar da sua tradicional patrimonialização.
 - (C) É possível identificar dois sentidos no que vem sendo considerado como direito civil constitucional: um formal, sendo matéria do direito civil constitucional o que consta do tripé pessoa, família e patrimônio na Constituição e o sentido de que há a incidência direta, e imediata, das regras e dos princípios constitucionais sobre todas as relações interprivadas.
 - (D) O sentido de direito civil constitucional atua diretamente na superação da dicotomia Direito Público/Direito Privado e fortalecendo o sentido de que direito público e o direito privado se complementam, e com o público para além do estatal, o que traz a perspectiva de ordem pública sobre o ordenamento privado pelo valor constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana.
 - (E) O processo de constitucionalização do direito civil substitui a patrimonialização do direito de família pela valorização das liberdades subjetivas e do indivíduo.
12. Marque a opção INCORRETA sobre pessoa física, direito de personalidade e pessoa jurídica.
- (A) A Constituição de 1988 positivou direitos da personalidade, como os direitos à vida, à liberdade, à segurança, à intimidade, à vida privada, à imagem, direitos autorais, incluídas as participações individuais em obras coletivas, à reprodução da voz e da imagem, assegurando o direito à indenização pelo dano moral, em caso de violação.
 - (B) A proteção aos direitos de personalidade se estende às pessoas jurídicas no que couber.
 - (C) O Código Civil protege como direito de personalidade: direito ao próprio corpo; direito ao nome; direito ao pseudônimo; direito aos escritos, à voz, à honra, imagem e boa-fama, vida privada e intimidade.
 - (D) A positivação dos direitos de personalidade no Código Civil reflete tendência de positivação com vistas à efetiva proteção, alcança a pessoa jurídica, no que for compatível, e substitui a proteção dada pelos direitos fundamentais.
 - (E) A positivação no Código Civil dos direitos de personalidade determina o dever de reparar em caso de ofensa, portanto o dever de reparar o dano moral causado, tanto a pessoa física quanto à pessoa jurídica.
13. Sobre negócio jurídico e contratos, marque a opção INCORRETA.
- (A) O negócio jurídico é o ato originado na vontade autorregulada em que uma ou mais pessoas se obrigam a efetuar prestação jurídica para atingir determinado objetivo, com seus efeitos previamente instituídos pelas normas de direito, com livre negociação das partes interessadas, que estabelecem as cláusulas negociais de acordo com suas conveniências e dentro dos limites legais.
 - (B) Podem-se classificar os negócios jurídicos como receptícios e não receptícios, sendo aquele o que a vontade de um dever estar em consonância com a outra parte e esse são os que se realizam com a manifestação unilateral de vontade, não havendo a necessidade de seu direcionamento a uma pessoa específica para que se plenifique e produza efeitos.
 - (C) A condição do negócio jurídico é o evento futuro e certo ao qual ficam subordinados os efeitos decorrentes do negócio jurídico.
 - (D) Os contratos nominados têm nome e previsão na lei, embora não sejam os únicos, tais como os contratos de compra e venda que contam com os seguintes elementos: a coisa, o objeto da obrigação de dar do vendedor, o preço e o consenso.
 - (E) São princípios aplicáveis aos contratos: Autonomia da vontade; Consensualismo; Força obrigatória; Relatividade subjetiva, Boa-fé e Probidade.

14. Sobre posse e propriedade, direitos reais, usucapião, marque a opção INCORRETA.

- (A) A usucapião é o modo originário de aquisição da propriedade pela posse prolongada sob determinadas condições como elemento objetivo e movida pela vontade de ser dono, o elemento subjetivo.
- (B) A usucapião tem o poder de transformar posse mansa, pacífica, pública, contínua e com intenção de dono da parte do possuidor em propriedade.
- (C) O direito de propriedade consiste em direito real definido pelo Código Civil como o poder de usar, fruir e dispor de um bem e o direito de reaver essa coisa do poder de quem injustamente a ocupe.
- (D) São características do direito de propriedade: complexidade por somar de três faculdades e mais o direito de reaver de terceiros: uso; fruição e disposição; cumprimento da função social; perpetuidade; exclusividade; elasticidade.
- (E) O direito de posse, tem na doutrina, dois arrazoados: a teoria subjetiva de Ihering, para quem que a posse teria dois elementos o *corpus* e o *animus* e teoria objetiva de Savigny, que considera apenas o *corpus*.

15. Sobre responsabilidade civil, indenização, marque a opção INCORRETA.

- (A) A responsabilidade civil tem o objetivo de manter o equilíbrio na relação jurídica diante de um prejuízo para evitar que o causador do dano não seja responsabilizado por seu ato e para evitar que o que sofre dano suporte o prejuízo e com isso frustrate a expectativa de negócio jurídico.
- (B) Há duas teorias de responsabilidade: a subjetiva e a objetiva. Para a primeira, a obrigação de indenizar se prova com a culpa do agente, havendo a necessidade de verificação do nexo de causalidade: dolo ou culpa e, para o segundo tipo, há obrigação de indenizar, independentemente da prova de culpa do responsável.
- (C) O Código Civil determina que a indenização se mede pela extensão do dano, não havendo oportunidade de redução equitativa da indenização se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (D) Nos casos de danos em coisas, ocorrendo perda total, o valor da indenização é o da coisa e, se for parcial, a indenização deve corresponder ao montante necessário para repor a coisa.
- (E) No caso de danos em pessoas, a indenização consiste em pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Com relação aos temas jurisdição, processo e ação e princípios do processo civil, marque a opção INCORRETA.

- (A) A jurisdição é o poder de dizer o direito como expressão do poder soberano de decisão a partir do ordenamento jurídico. A jurisdição é função exclusiva do Estado que por meio de provocação faz com que todo o sistema atue e o direito produza resultados, podendo ser caracterizada como: substitutividade, o juiz substitui a vontade das partes; exclusividade da jurisdição; imparcialidade da jurisdição; monopólio do Estado; inércia; unidade da jurisdição.
- (B) A jurisdição pode ser conceituada como poder estatal de decidir com imperatividade; função pacificadora de litígios e atividade jurisdicional.
- (C) São princípios da jurisdição: juiz natural; investidura; indelegabilidade; inevitabilidade; inafastabilidade; aderência ao território.
- (D) O processo legislativo é o meio pelo qual o Estado estabelece a ordem jurídica composta de normas para regular as relações sociais e os processos judiciais são ferramentas para a busca de pacificação de conflitos pelo acesso a jurisdição.
- (E) A ação é o direito objetivo de pedir em juízo o que se tem como devido perante à tutela jurisdicional, podendo referir-se a direitos reais, pessoais ou à tutela do Estado sobre a família como ação de conhecimento, de execução e cautelar.

17. Sobre partes, procuradores, litisconsórcio e intervenção de terceiro, marque o item INCORRETO.

- (A) A doutrina majoritária se reporta a teoria da tríplice identidade da demanda: as partes; a causa de pedir e o pedido.
- (B) O Código de Processo Civil trata como sujeitos do processo as partes, os advogados, os terceiros que intervêm no processo, o juiz e os auxiliares da justiça, o Ministério Público, a advocacia e a Defensoria Públicas.
- (C) O processo tem direção do Estado-juiz na pessoa do magistrado, cabendo a este assegurar às partes igualdade de tratamento; ao promotor de Justiça, como integrante do Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e ao advogado cabe representar a parte em juízo.

- (D) Intervenção de Terceiros é a oportunidade concedida à pessoa não participante de determinada relação jurídica processual para nela atuar ou ser convocado a atuar, na defesa de interesses jurídicos próprios nas modalidades: assistência, oposição, denunciação da lide, chamamento ao processo; incidente de descon sideração da personalidade jurídica; *Amicus Curiae*.
- (E) O artigo 124 do NCPC define a Assistência Litisconsorcial configurada quando o terceiro intervir no processo com a intenção de formar um litisconsórcio ulterior, sempre que a sentença puder influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

18. Quanto à repartição de competências, marque a opção INCORRETA.

- (A) O poder soberano de dizer o direito encontra-se dividido em competências que fixa atribuições de órgãos e magistrados, com a definição do “juiz competente”.
- (B) São critérios de jurisdição: material e funcional. A primeira, fixa a competência com base na natureza da ação como especial e comum; o critério funcional divide as competências em juízo de 1º grau, 2º grau e tribunais superiores.
- (C) Aos juizados especiais cabem as ações com valor da causa até 40 (quarenta) salários mínimos.
- (D) O critério territorial para dividir competência deve observar que será considerado o domicílio do réu se se tratar de bens imóveis.
- (E) No momento em que a petição é distribuída ou registrada para um determinado juiz, ele adquiriu jurisdição perpétua para aquela ação. Uma vez fixada a jurisdição, ela não mais se altera, salvo se houver supressão do órgão jurisdicional e se houver alteração da competência absoluta.

19. Quanto aos atos processuais e nulidade, marque a opção INCORRETA.

- (A) São atos processuais os atos jurídicos praticados pelos sujeitos do processo, que se destinam a produzir efeitos no processo em relação ao qual são praticados, que tem como características unidade de finalidade, interdependência.
- (B) Segundo Humberto Theodoro Júnior, os atos processuais, quanto ao critério objetivo, classificam-se em: atos de iniciativa; atos de desenvolvimento e atos de conclusão. E quanto ao critério subjetivo, os atos processuais se classificam em atos do órgão jurisdicional e atos das partes.
- (C) São atos do Órgão Jurisdicional os do juiz e dos auxiliares da justiça. Os atos do juiz são os de pronunciamento ou provimentos, atos materiais instrutórios e de documentação.
- (D) A sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução. Decisão interlocutória é pronunciamento judicial de natureza decisória que se enquadra no conceito de sentença.
- (E) No novo CPC, há como princípio orientador a instrumentalidade das formas, com base no alcance da finalidade do ato que é identificado como eivado de defeito desde que não haja prejuízo para a parte.

20. Marque o item INCORRETO com relação a processo e procedimentos.

- (A) No Novo CPC, há procedimento comum e procedimentos especiais, sendo procedimento especial o padrão e pode ser aplicado de forma subsidiária.
- (B) A sequência lógica prevista no Novo CPC para o Procedimento Comum é: petição inicial; audiência de conciliação ou mediação; contestação com preliminares e mérito; réplica, saneamento; audiência de instrução e julgamento e sentença.
- (C) É condição para a não realização audiência de conciliação ou mediação o pedido certo e determinado das partes de modo fundamentado para a não realização da mesma sob a alegação de inviabilidade de conciliação ou mediação.
- (D) No Novo CPC, o pedido deverá observar o princípio da boa-fé e passou a ser admitido pedido genérico nas ações universais quando não for possível individualizar os bens demandados.
- (E) O Código de Processo Civil de 2015 – NCPC criou a possibilidade de o autor corrigir voluntariamente o polo passivo no procedimento ordinário, caso o Réu alegue na contestação ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado.

DIREITO PENAL

21. Quanto aos temas: aplicação da lei penal, imputabilidade, concursos das pessoas e crime, marque o item INCORRETO.
- (A) A norma penal lato sensu define um fato punível e impõe, abstratamente, uma sanção. Em sentido *stricto sensu*, descreve uma conduta ilícita e impõe uma sanção para o sujeito que praticar a conduta ilícita, com orientação de que, para haver crime, é necessário uma lei anterior que o defina, sem que aquele que comete o ato ilícito não transgride a lei, mas sim o preceito proibitivo.
 - (B) As normas penais são compostas por preceito primário e a sanção, sendo aquele a conduta ilícita e este, a parte da norma que contém a natureza jurídica.
 - (C) O Direito Penal é codificação do lícito e ilícito, com a atribuição de responsabilidade ao agente que pratica o ato ilícito que implica na aptidão de o agente ser punido por seus atos desde que atenda a três requisitos: imputabilidade, consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta.
 - (D) São causas que excluem a imputabilidade: doença mental por completo ou parcial; embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior.
 - (E) O concurso de pessoas é também nominado como concurso de agentes e se caracteriza pela concorrência de duas ou mais pessoas para o cometimento de um ilícito penal, com a definição de incidência nas penas a este cominadas igual aos demais envolvidos.
22. Quanto à aplicação da pena e espécies de pena, marque o item INCORRETO.
- (A) O tempo do crime é lido por meio de três teorias: da atividade; do resultado e ubiquidade, respectivamente o momento da conduta; o resultado da conduta e o momento ou resultado da ação, sendo que, na experiência brasileira, é adotada a teoria do resultado.
 - (B) A pena é a imposição da perda ou diminuição de um bem jurídico com finalidade retributiva, a privação de liberdade; preventiva para evitar a incidência de crime e ressocializadora, com o objetivo de readequação social.
 - (C) A lei determina a cada tipo penal a sanção a ser aplicada, o que significa que as penas são específicas a tipificação penal. As penas são: privativas de liberdade; restritivas de direitos e multa, sendo que a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a detenção deve ser cumprida em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
 - (D) As penas principais são: prisão simples; multa, já as penas restritivas de direitos são as sanções penais impostas em substituição à pena privativa de liberdade e consistem na supressão ou diminuição de um ou mais direitos do apenado.
 - (E) As penas restritivas de direitos são: prestação pecuniária; perda de bens e valores; limitação de fim de semana; prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos; limitação de fim de semana.
23. Quanto à sentença, dosimetria, causas de aumento e diminuição da pena, marque o item INCORRETO.
- (A) Para definição da pena base deve o magistrado analisar se o crime pelo qual o réu foi condenado estava em sua forma simples ou qualificada. Depois de considerado se o crime é simples ou qualificado, o juiz começará a calcular a pena do condenado tomando por base as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP.
 - (B) A pena provisória é fixada dentro dos limites legais, levando em conta as agravantes e atenuantes previstas no CP, sendo a principal agravante a reincidência, que se configura com a nova prática criminosa, depois do agente já ter sido condenado por crime anterior com sentença transitada e julgado, seja no Brasil ou Estrangeiro.
 - (C) Para efeito de reincidência, são considerados os crimes militares próprios e políticos.
 - (D) A prescrição da reincidência é quinquenal, ocorre após cinco anos contados do término ou da extinção da pena aplicada.
 - (E) São circunstâncias que sempre atenuam a pena: ser o agente menor de 21 (vinte e um), a data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; o desconhecimento da lei; ter o agente: a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral; b) procurado minorar-lhe as consequências; c) cometido o crime sob coação; d) ter confessado espontaneamente; e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto.

24. Sobre a suspensão condicional do processo e suspensão da pena, marque o item INCORRETO.
- (A) A suspensão condicional do processo está prevista no art. 89 da lei 9.099/95, como forma de solução alternativa para problemas penais, que impede o início do processo em crimes cuja pena mínima não ultrapassa um ano quando o acusado não for reincidente em crime doloso e não esteja sendo processado por outro crime.
 - (B) A suspensão condicional do processo não se aplica a todos os procedimentos, aplica-se apenas ao procedimento sumaríssimo.
 - (C) O oferecimento da denúncia é o momento adequado para o oferecimento da suspensão condicional do processo.
 - (D) Cabe ao Ministério Público apresentar a proposta de suspensão condicional do processo e cabe ao juiz aceitar ou não e homologar o acordo.
 - (E) A suspensão condicional da pena (*sursis*) pode ser simples; etária; humanitária; especial.
25. Sobre os crimes de moeda falsa, crimes de falsificação, estelionato, marque o item INCORRETO.
- (A) O Ordenamento Jurídico Brasileiro tipifica crimes contra a fé pública. Por meio do artigo 289 do Código Penal, a fé pública é protegida na emissão da moeda por ser uma conduta que atenta contra a confiança coletiva.
 - (B) O sujeito ativo do crime de falsificação de moeda é qualquer pessoa, independente de qualidade ou condição especial, basta falsificar moeda, metálica ou de papel, fabricando-a ou alterando-a; já o sujeito passivo só pode ser o Estado.
 - (C) Quando o servidor público, diretor, gerente ou fiscal de banco de emissão, fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão de moeda, a conduta ajusta-se à crime especial.
 - (D) O crime de estelionato é um delito na modalidade de fraude ao obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
 - (E) A doutrina classifica o estelionato como crime comum, material, comissivo, instantâneo, em regra, de dano, unissubjetivo; plurissubsistente, composto pelo binômio vantagem ilícita e prejuízo alheio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Sobre processo penal, noções gerais, fontes do direito processual penal, marque o item INCORRETO.
- (A) O Direito de Processo Penal é o conjunto de princípios e normas que disciplinam a composição das lides penais, por meio da aplicação do Direito Penal.
 - (B) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
 - (C) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos, ratificados pelo Brasil por meio do procedimento exigido pela norma constitucional, são considerados como fontes formais do Direito Processual Penal, pois equivalem às emendas constitucionais.
 - (D) O Direito Processual tem um caráter instrumental, é um meio, um instrumento para fazer atuar o Direito Penal, uma vez que este é desprovido de coação direta e o Estado autolimitou o seu *jus puniendi*.
 - (E) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não o suplemento dos princípios gerais de direito.
27. Sobre princípios constitucionais do processo penal e inquérito policial, marque a opção INCORRETA.
- (A) A não comunicação ao acusado de seu direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo.
 - (B) A Teoria da Descoberta Inevitável concebe que são admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
 - (C) Tanto o STF quanto o STJ possuem o mesmo entendimento em relação à denúncia anônima. A instauração do inquérito policial baseada tão somente em denúncia anônima não é possível, mas é possível que a autoridade policial faça diligências e, a partir delas, caso encontre algum elemento que justifique, poderá instaurar o inquérito policial.
 - (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, ainda que não tenha novas provas.
 - (E) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

28. Sobre a norma processual no tempo e no espaço, marque a opção CORRETA.
- (A) Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata tanto aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência como nos processos em curso, mesmo que trate de fatos cometidos antes da vigência da lei processual penal.
 - (B) A lei processual penal não aceitará aplicação analógica, não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
 - (C) A nova lei processual e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.
 - (D) A Constituição Federal prevê expressamente a retroatividade da lei processual penal quando esta for mais benéfica ao acusado.
 - (E) Lei processual nova de conteúdo material, denominada de híbrida ou mista, deverá ser aplicada de acordo com o princípio do efeito imediato, consagrado no direito processual penal.
29. Sobre processo comum ordinário, sumário, sumaríssimo e sobre sentença marque a opção INCORRETA.
- (A) As infrações de menor potencial ofensivo são processáveis pelo procedimento sumaríssimo.
 - (B) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.
 - (C) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
 - (D) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
 - (E) Mesmo que falte pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, a denúncia ou queixa serão aceitas.
30. Sobre provas no processo penal, marque a alternativa INCORRETA.
- (A) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
 - (B) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
 - (C) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas
 - (D) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portador de diploma de curso superior.
 - (E) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. Com relação à seguridade e assistência, marque V para verdadeiro e F para Falso:
- () Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação, à previdência e à assistência social;
 - () A Seguridade Social é composta de três grandes sistemas de proteção social: Saúde, Educação; Assistência Social e Previdência Social.
 - () A forma de financiamento da seguridade social conta com sistemas contributivos e não contributivos, respectivamente, com contribuição para acessar o benefício no futuro e o que não exige contribuição direta do beneficiário.
 - () A Previdência Social organizada sob a forma de um sistema contributivo e de filiação obrigatória, concederá benefícios visando a cobertura dos riscos doença, invalidez, morte, idade avançada, proteção à maternidade e à família.
 - () As políticas de assistência social destinam-se a amparar por meio de contribuição a população em situação de maior vulnerabilidade social por meio de programas e ações de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
 - () São princípios da seguridade social: solidariedade social; universalidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios entre urbanos e rurais; seletividade distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação do custeio; diversidade da base de financiamento; descentralização e gestão quadripartite.

Marque a opção com a sequência CORRETA.

- (A) F-F-V-V-F-V
- (B) V-V-F-F-V-F
- (C) F-V-F-V-F-V
- (D) V-F-V-F-V-F
- (E) F-F-V-V-V-V

32. Sobre previdência, marque o item INCORRETO.

- (A) Os trabalhadores são os beneficiários diretos da previdência social e os seus dependentes são beneficiários indiretos, sendo aqueles: Empregado; Empregado Doméstico; Contribuinte Individual e Trabalhador Avulso.
- (B) São Segurados da Previdência Social, na condição de empregado, aqueles que prestam serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- (C) O segurado empregado é aquele que atenda aos seguintes requisitos: pessoa física ou jurídica que preste serviço de modo personalíssimo; em caráter não-eventual; sob subordinação jurídica; remuneração.
- (D) São segurados obrigatórios empregado; empregada doméstica e trabalhador avulso.
- (E) Qualificam-se como contribuintes individuais: a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos.

33. Sobre previdência social rural, privada e complementar, marque o item INCORRETO.

- (A) A Previdência Social Rural na CF-88 recebeu tratamento especial: igualou os direitos do trabalhador rural aos direitos do trabalhador urbano e instituiu uma regra própria de contribuição para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar.
- (B) A Lei de Benefícios da Previdência Social classificou os trabalhadores rurais em três categorias: o empregado rural; o trabalhador contribuinte individual e o segurado especial.
- (C) É segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.
- (D) A previdência privada funciona como uma alternativa de renda complementar para quem não quer depender apenas dos valores pagos pela previdência social, uma espécie de investimento de longo prazo.
- (E) A previdência complementar tem o objetivo de proteção previdenciária adicional àquela oferecida pelo Regime Geral ou Regime Próprio que contam com contribuições obrigatórias, sendo a previdência complementar facultativa, mas vinculada à previdência pública.

34. Sobre custeio, salário contribuição e benefício e LOAS, marque o item INCORRETO.

- (A) A base de cálculo da previdência social é formada pelo salário contribuição e pelo salário benefício, sendo o primeiro o salário do contribuinte e o segundo, o que vai receber ao se aposentar;
- (B) O salário de benefício é a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80 por cento de todo período contributivo.
- (C) O financiamento da previdência social conta com contribuição de toda a sociedade por ser mantida por receitas do poder público e das contribuições sociais num arranjo de tríplex forma de custeio: governo, empresas e empregados.
- (D) O benefício de prestação continuada visa garantir um salário mínimo mensal apenas para pessoas idosas que não dispõem de meios para manter sua subsistência.
- (E) Para a obtenção do benefício LOAS, não é preciso que o requerente tenha contribuído para o INSS.

35. Sobre aposentadorias, auxílio, pensões, beneficiários, dependentes, prescrição, marque o item INCORRETO.

- (A) A aposentadoria é o benefício previdenciário concedido ao segurado ou ao seu dependente que completar um determinado tempo de filiação e contribuição à Previdência Social, que pode ser integral ou proporcional e por idade, tempo de contribuição e por invalidez.
- (B) São benefícios previdenciários: Auxílio-doença; Auxílio-acidente; Auxílio-reclusão; Pensão por morte; Salário-família e Salário-maternidade.
- (C) A pensão previdenciária é um benefício de caráter vitalício ou temporário concedido aos dependentes do segurado, em caso de morte, prisão ou ausência.

- (D) Segundo o artigo 16 da Lei 8.213/91, são considerados segurados em modalidade especial, ou seja, sem contribuição, os dependentes dos segurados, havendo três tipos de dependentes: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; os pais; o irmão, não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, sob orientação de dois critérios: econômico e familiar.
- (E) Os prazos decadenciais e prescricionais da Lei nº 8.213 estão nos artigos 103, 103-A e 104: é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou do indeferimento e prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. Sobre fontes do direito tributário, sistema tributário nacional, princípios, competências tributárias, marque o item INCORRETO.
- (A) As fontes principais do Direito Tributário são as leis, os tratados e convenções internacionais e os decretos (CTN, art. 96), que são as fontes formais. Também existem as fontes reais que são suportes fáticos das imposições tributárias e são denominadas como fato de incidência, fatos oponíveis ou hipóteses de incidência.
- (B) Devido ao princípio da anterioridade, as normas tributárias precisam ser publicadas antes do início do exercício financeiro em que for cobrar o tributo e ainda deve respeitar a anterioridade decimal.
- (C) A aplicação da lei tributária será retroativa somente em casos que vise beneficiar o contribuinte. Quando não se encontrar uma norma jurídica sobre o caso concreto será realizada a integração da legislação, no caso do direito tributário, será utilizada a integração da legislação por analogia, princípios gerais do Direito Tributário, princípios gerais de Direito Público e a equidade.
- (D) O Sistema Tributário Nacional do Brasil é composto por um conjunto de tributos que tem a função de arrecadar recursos para que o custeio das atividades do Estado, tais como educação, saúde, segurança, moradia, saneamento, dentre outras, sendo a função dos tributos distribuir renda e enfrentar as desigualdades entre pessoas e regiões e para isso abrange impostos, taxas, contribuições de melhoria, sociais, de intervenção no domínio econômico, e de interesse das categorias profissionais ou econômicas além dos empréstimos compulsórios.
- (E) São princípios do direito tributário: anterioridade fiscal, igualdade perante a lei, uniformidade da tributação, equidade, dentre outros.
37. Sobre obrigação tributária, fato gerador, sujeitos ativos e passivos, obrigações acessórias, crédito tributário, marque o item INCORRETO.
- (A) O fato gerador do tributo é a ocorrência, em si, é a situação de fato, prevista na norma geral e abstrata que faz surgir a obrigação tributária, seja esta principal ou acessória. O fato gerador tem 3 elementos básicos, a saber: legalidade; economicidade e causalidade.
- (B) A obrigação tributária se origina na relação entre o Estado e o cidadão, em que aquele exige a prestação tributária e a este cabe cumprir a obrigação, o que faz a natureza do direito tributário como obrigacional.
- (C) O instituto da obrigação tributária trata-se de um liame jurídico estabelecido entre Estado e Particular, onde aquele amparado pela lei tributária poderá exigir deste uma prestação tributária tanto positiva quanto negativa.
- (D) O sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (E) Crédito tributário é a prestação que o sujeito ativo da obrigação tributária (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem o direito de exigir do sujeito passivo direto ou indireto (contribuinte, responsável ou terceiro).
38. Sobre lançamento, revisão, suspensão, petição indébito, marque V ou F, em seguida marque o item que contem a sequência CORRETA.
- () Lançamento é procedimento ou uma sequência de atos regrados tendentes à realização de um fim. No CTN, o lançamento é procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação para determinar a matéria tributável (base de cálculo), calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.
- () São espécies ou modalidades de lançamento: o lançamento de ofício, ou direto; o lançamento por declaração ou misto; e o lançamento por homologação ou auto-lançamento. No primeiro tipo, o sujeito

passivo não participa da atividade de lançamento. No segundo, há equilíbrio entre a participação do sujeito passivo e a atividade do sujeito ativo e, no terceiro tipo, a participação do contribuinte é ampliada, o contribuinte é quem realiza quase todos os atos que compõem a atividade.

- () O lançamento poderá ser alterado tanto por: iniciativa do sujeito passivo; por recurso de ofício e por iniciativa da própria Autoridade Administrativa, nos casos previstos em lei.
- () Há a possibilidade de o contribuinte pedir devolução de tributo pago, trata-se da petição indébito, ou seja, pagamentos indevidos de tributos ou repetição de indébito tributário. No caso de o contribuinte comprovar a cobrança indevida, haverá restituição de indébito apenas por devolução.

- (A) V-V-V-F
- (B) F-F-F-V
- (C) V-F-V-F
- (D) V-V-F-F
- (E) F-V-F-V

39. Quantos aos tributos, marque V ou F, em seguida assinale o item com a sequência CORRETA.

- () A natureza jurídica do tributo é constitucional por se originar do processo constituinte e se configurar como fundamento do Estado na sua razão de existir.
- () São tributos: impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- () As contribuição de melhoria são constitucionalmente tributos cobrados em decorrência de duas atuações estatais pelo poder de polícia na fiscalização e repressão e são cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- () Taxa é o tipo de tributo que tem autorização constitucional para legisladores instituírem quando há a previsão de obras públicas acarretarão valorização no imóvel do particular, que será seu contribuinte.
- () A extrafiscalidade é forma de intervenção estatal na economia, com dupla configuração: a fiscalidade, constituindo a dimensão finalista do tributo; por outro lado, permanece como categoria autônoma de ingressos públicos, a gerar prestações não tributárias.

- (A) V-F-V-F-V
- (B) V-V-F-F-V
- (C) F-F-V-V-F
- (D) V-V-V-F-F
- (E) F-F-F-V-V

40. Quanto ao processo tributário, processo judicial tributário, garantias e privilégios do crédito tributário, responsabilidade tributária e responsabilidade de sucessores, marque o item INCORRETO.

- (A) O processo administrativo tributário é formado pelo conjunto de atos administrativos ou procedimentos relativos à relação jurídica entre o fisco e o contribuinte, que tem como objeto pedido relativo à determinação, exigência ou dispensa do crédito fiscal com a finalidade de resolver possíveis divergências existentes entre tais sujeitos no âmbito apenas da administração pública federal;
- (B) Tanto no processo judicial tributário quanto no administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como todos os meios e recursos inerentes aos mesmos, sendo no processo judicial referente aos tributos aplicadas as normas do direito processual civil.
- (C) No processo tributário judicial, as exceções são as ações de execução fiscal e cautelar tributária que são reguladas por diplomas legais específicos, de modo que o CPC é utilizado de forma subsidiária.
- (D) O contribuinte pode se dirigir ao Poder Judiciário para tratar de matéria tributária sem que sejam esgotadas (ou sequer utilizadas) as vias administrativas tributárias para a resolução de conflitos.
- (E) A responsabilidade tributária se origina da relação Estado e contribuinte e pode ocorrer a substituição ou transferência, sendo que esta ocorre quando há sujeito passivo e este transfere a obrigação para um terceiro.

QUESTÃO DISCURSIVA

O Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) alterou o instituto da tutela provisória dividindo-a em tutela de urgência e tutela da evidência com a possibilidade de julgamento antecipado parcial do mérito. Considerando as mudanças realizadas, discorra sobre o instituto da tutela provisória no Novo CPC, discorrendo sobre: 1. Tutela provisória, 2. Fundamentos constitucionais, 3. A nova classificação do CPC, 4. Os fundamentos constitucionais para as alterações produzidas, 5. O direito do contraditório na mudança produzida. A discussão deve ser apresentada em texto dissertativo (mínimo de 5 e máximo de 30 linhas), com introdução, desenvolvimento e conclusão.

Pontuação:

5,00 – estrutura do texto

3,00 – desenvolvimento de cada item

EM HIPÓTESE ALGUMA A RESPOSTA SERÁ CONSIDERADA NESTE ESPAÇO

RASCUNHO

RASCUNHO